



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO, REGULARIZAÇÃO FUNDIARIA E SANEAMENTO
Centro Administrativo à Rua Alexandre Cavalcanti, s/n-CEP 59.290-000
CNPJ nº 08.079.402/0001-35

PROJETO TÉCNICO SOCIAL

PTS

JOMAR ALECRIM (MCMV)

SÃO GONÇALO DO AMARANTE / RN

PROJETO DE TRABALHO SOCIAL PTS

1. IDENTIFICAÇÃO

Programa Minha Casa Minha Vida	Contrato Nº: 0.290.577-85			
Residencial Jomar Alecrim				
Localização/Município: São Gonçalo do Amarante	UF: RN			
Proponente/Agente Promotor: Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Amarante				
Executor/Gestor da intervenção: Secretaria de Habitação, Regularização Fundiária e Saneamento - SEHAB				
Tel.: (84) 99621-1514	E-mail: sechab.sga@gmail.com			
Responsável Técnico Social do Proponente: Nome: Eni Bezerra de Farias Formação: Assistente Social CRESS/RN 1559				
Responsável pela Elaboração do PTS: ENI BEZERRA DE FARIAS (84)99108-0342 eni.bezerra.farias@gmail.com				
Responsável pela Execução do PTS: PMSGGA				
Forma de Execução do PTS: Mista				
Prazo de Execução do PTS: 6 meses				
Valor total do PTS: R\$ 169.252,13 (Cento e sessenta nove mil, duzentos e cinquenta e dois reais e treze centavos)				
Número de unidades habitacionais: 305 (trezentas e cinco)				
Prazo do Trabalho Técnico Social: 6 meses				
Nº Famílias	Nº de pessoas	% de mulheres Chefe de Família	Nº de famílias em situação de risco	Renda média familiar (em SM)
305	1220	44%	50	0-2SM
Data de início da Obra: 01-02-2010		Data de término da Obra: 01-06-2011		

2. DIAGNÓSTICO

2.1 Caracterização do Município:

São Gonçalo do Amarante é um município localizado no Estado do Rio Grande do Norte e pertencente à Região Metropolitana de Natal, distante da capital 18 (dezoito) quilômetros. Geograficamente, posiciona-se a margem esquerda do Rio Potengi dentro da microrregião de Macaíba, ocupando uma área total de 251 km e limitando-se ao norte com os municípios de Ceara-Mirim e Extremoz; ao sul com Macaíba; a leste com Natal e a oeste com Ielmo Marinho. De acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), no ano de 2015 teve a população estimada em 98.260 habitantes.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) – de São Gonçalo do Amarante é 0,661, em 2010, o que situa o município na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é a Longevidade, com índice de 0,829, seguida de Renda, com índice de 0,619, e de Educação, com índice de 0,564. Esses dados permitem verificar o grau de desenvolvimento econômico e a qualidade de vida oferecida à população com base em três requisitos importantes para a expansão das liberdades das pessoas: a oportunidade de se levar uma vida longa e saudável – saúde –, ter acesso ao conhecimento – educação – e poder desfrutar de um padrão de vida

digno – renda (Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil).

Quanto à base da economia é voltada para o setor primário, na qual os cultivos de cana de açúcar, fruticultura e horticultura se sobressaem diante da agricultura familiar (feijão, milho e mandioca). Também se destaca na pecuária, em especial na criação bovina, destinada a produção de leite, caprinocultura e carcinicultura. Atualmente constitui-se uma das principais áreas tanto com potencial quanto em processo de crescimento do Estado. Tal crescimento tem sido impulsionado pela expansão periférica de natal e instalação do novo Aeroporto Internacional Governador Aluizio Alves da região metropolitana juntamente com a disponibilidade atual de rodovias federais e estaduais, que colocam o município em posição privilegiada quanto ao planejamento logístico e empresarial das empresas já instaladas na cidade, como também serve de importante atrativo para novas empresas que buscam instalar-se na região. Dessa forma, a presença do aeroporto se constitui como importante fator para o desenvolvimento industrial, residencial e para o turismo local e estadual.

As atividades econômicas do município de São Gonçalo do Amarante também estão concentradas no setor de indústria e em serviços. O setor terciário destaca-se pela prestação de serviços, tais como: comércio, bancos, agência de correios, postos combustíveis, escolas, postos de saúde, telefonia, etc. No tocante as atividades industriais, um aspecto relevante da estrutura produtiva da cidade diz respeito à indústria têxtil, confecções, alimentos e bebidas.

Por outro lado, por se localizar próximo a Natal, o município tem apresentado crescimento demográfico desordenado, fruto do transbordamento da mancha urbana da capital do estado sobre seu território. Nos últimos anos, tem-se observado um intenso deslocamento de famílias que residiam na área de Natal. Esse fenômeno, denominado conturbação, empurra as famílias com menor renda para áreas próximas da capital, na qual o valor do imóvel é mais baixo. Essa conturbação desordenada tem gerado alguns problemas aos dois municípios, principalmente de ordem territorial, provocando a formação de novas periferias e assentamentos precários.

Diante dessas problemáticas, o município aderiu ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS com a criação do Fundo, Plano e Conselho Municipal, requisitos para que as municipalidades mantenham-se regulares junto ao Sistema. O último instrumento coloca o município plenamente em consonância com o Plano Nacional de Habitação, podendo acessar sem impedimentos legais e institucionais os recursos do FNHIS. O Plano Municipal de Habitação de Interesse Social se constitui como o principal indutor do combate ao déficit habitacional e orienta o poder público na solução de problemas habitacionais da população mais carente. Permite a realização de investimentos em programas de urbanização de assentamentos precários, provisão habitacional, regularização fundiária e urbanística e atendimento social às famílias mais carentes e vulneráveis, constituindo-se como principal parâmetro de enfrentamento e combate às necessidades habitacionais vigentes no município, configura foco do Plano Local e Habitação de Interesse Social - PLHIS.

Portanto, o estudo Plano Local e Habitação de Interesse Social – PLHIS indicou a necessidade de formulação e implementação de políticas públicas específicas que deem conta das necessidades habitacionais, tanto por meio da construção de novas unidades habitacionais ou para melhoria das existentes. Nessa perspectiva, a Prefeitura Municipal em parceria com Governo Federal, por meio do Programa Minha Casa Minha Vida promoveu a construção de 305 unidades habitacionais, sob a forma de residências horizontais, com o objetivo de amenizar, gradualmente, os problemas advindos da baixa qualidade das moradias em áreas residenciais de São Gonçalo do Amarante, conforme assegura o PLHIS.

2.2 Caracterização do empreendimento:

Conjunto Residencial unifamiliar, composto por 305 unidades autônomas. Cada possui área útil de 45,27 m², composta de 01 sala, 02 quartos, 01 banheiro e 01cozinha.

Infraestrutura de terraplanagem: pavimentação das vias internas, drenagem de águas pluviais, rede de abastecimento de água, rede de distribuição de energia e iluminação das vias, esgotamento com fossas e sumidouros.

Equipamentos de uso comunitário:

- Praça Pública

2.3 Caracterização da População Beneficiária:

De acordo com as entrevistas realizadas com as famílias a serem beneficiadas, foi constatado que as mesmas têm em média uma composição de 04 pessoas, das quais a maior parte nasceu no município ou vive nele desde que nasceu. A renda familiar provém de Programas Sociais como Bolsa Família e/ou trabalhos informais temporários, em média sobrevive com menos de um salário mínimo mensal, o que classifica o público alvo como baixa renda.

Estas famílias habitam em casas antigas e até improvisadas que oferecem pouca ou nenhuma segurança. Encontra-se em vulnerabilidade social estando constantemente exposta a riscos, esses advindos da crescente violência, desemprego e miséria. Isto causado pela ausência de investimentos sociais e efetivação de direitos que viabilizem melhorias na qualidade de vida destas famílias.

Nº de famílias: 305	Nº de pessoas: 1220
Nº de famílias em situação de risco: 50	Nº de famílias a serem removidas/reassentadas: 0
Nº de idosos: 35	Nº de mulheres chefes de família: 152
Nº de pessoas com deficiência: 10	Renda média familiar (em SM): 0 a 3 salários mínimos até R\$ 1.500,00

3 JUSTIFICATIVA

O texto constitucional, no ano de 2000, inseriu o acesso à moradia como direito social, definindo o conceito de Moradia Digna como aquela provida de redes de infraestrutura – água, luz, esgoto, coleta de lixo, pavimentação, transporte coletivo, telefone; acesso a equipamentos de educação, saúde, segurança, cultura e lazer; sendo dotada de instalações sanitárias adequadas; condições mínimas de conforto e habitabilidade. Posteriormente, a criação do Ministério das Cidades, em 2003, e do Conselho das Cidades, em 2004, estabeleceram as condições para uma nova Política Nacional de Habitação fundamentada na

integração com as demais políticas voltadas ao desenvolvimento urbano tais como o saneamento ambiental, a mobilidade, o transporte e demais serviços sociais públicos. O avanço em termos legais-normativos para o ordenamento da política habitacional continuou com a institucionalização do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS - Lei 11.124/2005) com o objetivo de implementar políticas e programas que promovam o acesso à moradia digna para a população de baixa renda, na qual se situa basicamente o déficit habitacional no Brasil.

Partindo dessa premissa foi lançado em 2009 o Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, que tem como objetivo atender às necessidades de habitação da população, especialmente em áreas de risco, garantindo o acesso à moradia digna com padrões mínimos de sustentabilidade, segurança e habitabilidade. Engloba várias modalidades de intervenções na área urbana e rural com características definidas para prover habitação, tendo como prioridade as famílias de baixa renda.

O município de São Gonçalo do Amarante por sua proximidade com a Capital e com o elevado crescimento econômico verificado recentemente, particularmente com a instalação do Aeroporto Internacional, tem atraído considerável contingente de pessoas em busca de trabalho. Embora isso possa acarretar uma sobrecarga do sistema instalado e comprometer a qualidade do atendimento de alguns serviços públicos, de qualquer maneira é um processo que estimula o aquecimento do setor imobiliário privado, gera postos de trabalho e contribui para o sustento de muitas pessoas. Já aquelas famílias com menor rendimento ou até mesmo sem nenhuma renda, ficam economicamente impossibilitadas de terem acesso a áreas consideradas 'nobres' devido ao alto custo de suas edificações. Por este fator e a combinação de vários outros, geralmente se instalam em setores periféricos, de preservação ambiental ou institucional. Comumente são áreas de risco ou zona de interesse especial ou de preservação ambiental, com pouca estrutura, distante do centro da cidade e da rede de serviços e proteção social.

Nessa perspectiva, o Município em parceria com o Governo Federal aderiu ao Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV, para a construção de 305 (trezentas e cinco) unidades habitacionais na tipologia residências horizontais para as famílias com renda até R\$ R\$ 1.395,00 (hum mil trezentos e noventa e cinco reais), que vivem em situação de vulnerabilidade social.

É necessário enfatizar que o PMCMV prevê entre suas diretrizes a execução de Trabalho Social compreendido como mecanismo imprescindível para efetivação da Política Nacional de Habitação, configurando-se como:

Um conjunto de estratégias, processos e ações, realizado a partir de estudos diagnósticos integrados e participativos do território, compreendendo as dimensões: social, econômica, produtiva, ambiental e político-institucional do território e da população beneficiária, além das características da intervenção, visando promover o exercício da participação e a inserção social dessas famílias, em articulação com as demais políticas públicas, contribuindo para a melhoria da sua qualidade de vida e para a sustentabilidade dos bens, equipamentos e serviços implantados. (BRASIL, 2018, p. 72).

Este ponto possibilita a visualização dos aspectos relevantes do Projeto de Trabalho Social – PTS, a ser desenvolvido junto a essa população, o qual tem por finalidade a execução de um conjunto de ações de caráter informativo e educativo junto aos beneficiários, que promova o exercício da participação cidadã, favoreça a organização da população, visando contribuir para fortalecer a melhoria da qualidade de vida das famílias e a sustentabilidade do empreendimento. Essas ações que serão desenvolvidas durante a execução do PTS, estão pautadas nos eixos: Mobilização, organização e fortalecimento social;

Acompanhamento e gestão social da intervenção; Educação ambiental e patrimonial; Desenvolvimento socioeconômico (BRASIL, 2018, p.72).

Caberá a equipe do Trabalho Social o suporte às ações desenvolvidas articulando com as demais atividades do PTS, devendo observar, obrigatoriamente, todos os quatro eixos.

4 OBJETIVOS

Objetivo Geral:

Desenvolver ações socioeducativas e reflexivas com enfoque na participação cidadã, educação ambiental, preservação patrimonial e fortalecimento dos laços de vizinhança, visando contribuir para a melhoria da qualidade de vida das famílias e a sustentabilidade do empreendimento.

Objetivos Específicos:

- Estimular o desenvolvimento da consciência de coletividade e dos laços sociais e comunitários, a partir de atividades que despertem o sentimento de pertencimento da população local;
- Promover a participação dos beneficiários nos processos de decisão e acompanhamento dos serviços previstos na intervenção, a fim de adequá-los às necessidades e à realidade local e estimular sua plena apropriação pelas famílias beneficiárias;
- Difundir conceitos de Educação Ambiental e Patrimonial, com vista à ampliação do conhecimento acerca do meio ambiente, ao fomento de atitudes e práticas, individuais e coletivas, ambientalmente sustentáveis;
- Organizar processos socioeducativos que englobem informações sobre os bens, equipamentos e serviços implantados, estimulando a utilização adequada deles, assim como atitudes saudáveis em relação ao patrimônio, meio ambiente e à vida saudável;
- Estabelecer parcerias e o fortalecimento dos vínculos do Trabalho Social com a Rede de Proteção Social, visando ao atendimento das necessidades e potencialidades dos beneficiários;
- Identificar o potencial da comunidade para o desenvolvimento de processos voltados para educação, qualificação e capacitação profissional, estímulo a sua autonomia e a geração de trabalho e renda, mediante parceria com o poder público.

5 AÇÕES E ESTRATEGIAS DE EXECUÇÃO

O Projeto de Trabalho Social - PTS a ser realizado junto às famílias beneficiárias do Residencial Jomar Alecrim, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida, será executado por empresa contratada por meio de licitação. Todavia, caberá a equipe vinculada à Secretaria, a responsabilidade pela coordenação geral, acompanhamento e execução compartilhada do projeto.

Quanto ao período previsto para a execução será 6 (seis) meses, com foco na ampliação dos espaços de participação coletiva dos beneficiários, valorizando as experiências vivenciadas pelo grupo, com o intuito de desencadear uma postura reflexiva em relação ao meio no qual estão inseridos e a responsabilidade individual e coletiva sobre o mesmo. Essa oportunidade de refletir possibilita que os atores sociais

conheçam seu potencial, e ao mesmo tempo, descubram novas formas de agir e interagir com o meio em que vivem, estabelecendo relações de pertencimento local, como sujeitos políticos, apropriando-se e preservando as benfeitorias realizadas na comunidade, garantindo a sustentabilidade do empreendimento. Cabe aqui destacar, é através da participação da população, que estabelecemos um espaço favorável para o fortalecimento de uma cultura voltada para o exercício da cidadania, na qual reconheçam seus direitos e deveres, e passem também a reclamá-los e exercitá-los. Sendo assim, o PTS também se apresenta como um canal aberto para discussões que contribuam para a promoção da cidadania e melhoria da qualidade de vida.

No tocante a atividade de qualificação profissional verificou-se que a localização do empreendimento, distante dos espaços públicos, poderia elevar os custos do projeto com o pagamento de deslocamentos dos alunos (as) e ainda a possibilidade de reduzida participação e/ou evasão. Nessa percepção, deverão ser executadas as atividades no próprio empreendimento. Ainda mais considerando que a demanda mais expressiva é de mulheres, dona de casa e com filhos. Nesse aspecto, o objetivo é que a formação contribua para que essa população desenvolva sua autonomia e exerça sua cidadania, tendo reconhecida e valorizada a aprendizagem e saberes adquiridos ao longo da vida. A opção pelo recorte de gênero dá-se pelo crescente número de mulheres que ampliam o seu papel na sociedade e em suas comunidades, assumindo a chefia das suas famílias, e que são responsáveis não só pelo sustento financeiro das suas residências, mas também pelo desenvolvimento cultural, social e educacional dos seus filhos e demais membros da família.

As atividades planejadas devem propiciar às famílias beneficiárias, a oportunidade de conhecerem e refletirem sobre formas mais propositivas de se relacionarem com seu habitat e também contribuir para a manutenção dos benefícios implantados e sustentabilidade do empreendimento. Para que de fato possam ser mais efetivas, as atividades coletivas deverão ser realizadas preferencialmente por grupos de até 50 pessoas, em dias e horários que favoreçam a presença de um maior número de participantes.

Dessa forma, o trabalho social se vale de abordagens individuais (plantão social para o atendimento individualizado, visitas domiciliares etc.), abordagens grupais (reuniões, oficinas etc.) e abordagens coletivas (assembleias, comissões, ação em rede etc.).

Os instrumentos serão utilizados conforme as técnicas/objetivos previstos:

- Registro fotográfico das atividades;
- Registro de presença da participação dos beneficiários nas atividades desenvolvidas;
- Anotações em Diário de campo;
- Formulários para avaliação das atividades;
- Faixas, cartazes, cartilha e outros meios de orientação/divulgação/mobilização das atividades;
- Memória/relato das reuniões para registro dos assuntos discutidos e respectivos encaminhamentos, bem como documentação que irá também subsidiar os relatórios técnicos e as avaliações;
- Relatórios Técnicos de Acompanhamento e Avaliação
- Recursos audiovisuais, como vídeos, músicas, cartazes, panfletos, fotos, etc.

Metodologicamente o PTS será realizado:

- **Fase Pós-Obras** - Essa fase inicia-se imediatamente após a conclusão das obras e mudança dos beneficiários para a nova unidade habitacional, com a realização de atividades junto aos moradores e comunidade de caráter mobilizador, educativo, socioinformacional e cultural.

A execução do PTS será realizada por uma equipe multidisciplinar composta por:

- 01 (um) Coordenador (a) do Projeto;
- 01 (um) Assistente Social;
- 01 (um) Técnico Ambiental;
- 02 (Dois) estagiários/mobilizadores.

O gerenciamento e a coordenação geral ficarão a cargo da responsável técnico do Proponente/Agente Executor que deverá ter graduação em nível superior, preferencialmente em Serviço Social ou Sociologia, com experiência de prática profissional em ações socioeducativas, de acordo com os critérios estabelecidos na portaria 464/2018. A equipe Terceirizada também deverá ter um coordenador responsável pela execução do trabalho de campo enquadrada nesses critérios.

No caso das oficinas de qualificação e capacitação profissional, oficinas de artes vinculadas a Educação Ambiental, seminários e demais atividades, dependendo da necessidade serão contratados profissionais ou instituições habilitadas para ministrar a temática específica de cada atividade. Também será priorizada a articulação de parcerias junto à rede de proteção social do município e a iniciativa privada, visando à otimização dos recursos e atividades. O pressuposto dos processos de articulação entre políticas públicas é de que a intersectorialidade e a complementaridade entre serviços são fundamentais para produzir alteração na qualidade de vida das pessoas e no ambiente urbano.

Quanto ao local de atendimento dos beneficiários, espaço adequado para instituição do escritório/plantão social, este deverá ser constituído por, no mínimo, uma estrutura fixa na área da intervenção, dotada de recursos humanos e equipamentos, que deverão ser mantidos ao longo de todo projeto, onde serão disponibilizadas todas as informações necessárias, funcionando também como base logística para o Trabalho Social e para funcionamento do mecanismo para prevenção /mediação de eventuais conflitos e realização das atividades em grupo.

Quanto à Rede de Proteção Social, o empreendimento será atendido pelos seguintes equipamentos comunitários e serviços públicos:

- Associação de moradores
- Coleta de Lixo
- Creche - Centro Educacional Infantil e Creche Modelo (Integral)
- Escola de ensino infantil - Cantinho do Saber e Roberto Freire.
- Escola de ensino fundamental
- Escola de ensino médio - Bevenuto Filho e José Moacir de Oliveira, Elia De Barros.
- Hospital – Centro da cidade
- Igreja
- Posto de saúde - Novo Santo Antônio, Santo Antônio e outro em construção.
- Rede telefônica
- Transporte

- SEDES - Secretaria Municipal de Defesa Social
- SEHAB - Secretaria Municipal de Habitação, Regularização Fundiária e Saneamento
- SEMDET - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo.
- Central de Inscrições e Emprego de São Gonçalo do Amarante – CIESGA.
- SEMINFRA - Secretaria Municipal de Infraestrutura.
- SEMJEL - Secretaria Municipal de Juventude, Esporte e Lazer.
- SEMSUR - Secretaria Municipal de Serviços Urbanos.
- SEMTASC - Secretaria Municipal do Trabalho, Assistência Social e Cidadania.
- Telecentro.
- Casa da Cidadania (assessoria jurídica).
- CRAS – serviço de convivência e fortalecimento de vínculos (crianças e adolescentes), idosos, acompanhamento do PBF, BPC e famílias em situação de extrema pobreza (cesta básica), atendimento individualizado, reunião com os pais dos grupos de crianças e adolescentes.
- SEMURB - Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo.
- SEMURI - Secretaria Municipal de Relações Institucionais.
- SME - Secretaria Municipal de Educação.
- SMS - Secretaria Municipal de Saúde.

6 MONITORAMENTO E ACOMPANHAMENTO

A Avaliação é um procedimento que deve ocorrer em todas as etapas do projeto, permitindo desta forma o monitoramento das atividades e o redirecionamento das ações quando necessário. Essa avaliação visa, ainda, a incorporação dos sujeitos implicados (gestores, técnicos e beneficiários) nas ações públicas e fortalecimento do aspecto participativo e do processo de aprendizagem social. Trata-se de instrumento fundamental para reorientar a ação e garantir a adequação entre a realidade e a ação. Nesse sentido serão adotados os seguintes indicadores:

INDICADORES	INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO
Percentual de participação dos moradores nas atividades do TS.	Lista de presença do quantitativo de participantes
Desenvolvimento efetivo de atividades propostas no projeto.	Acompanhamento do cronograma de atividades
Percentual de moradores comprometidos com a conservação e manutenção dos imóveis e espaços coletivos.	Observação do envolvimento dos moradores com atividades de Educação para uso do espaço construído.
Grau de envolvimento (alto, médio ou baixo) dos moradores nas atividades socioeducativas.	Observações sistemáticas da equipe durante as atividades
Relacionamento (regular, bom e ótimo) entre moradores e comissões representativas, se existir.	Reuniões de avaliação com esse segmento.
Condições de convivência geral dos beneficiários (regular boa e ótima)	Atendimentos dos Plantões Sociais e acompanhamento das famílias;
Grau de satisfação dos moradores com o novo habitat (regular, bom e ruim)	Relatos e aplicação de questionário de avaliação
Inclusão dos beneficiários nos serviços das políticas públicas, de assistência social, capacitação profissional, educação, emprego e saúde.	Controle dos encaminhamentos para Rede de Proteção. Reuniões de planejamento e avaliação.

Portanto, o monitoramento e a avaliação do Projeto concretizar-se-á através do registro e da sistematização das atividades desenvolvidas, tendo em vista o significado desses procedimentos para a compreensão da trajetória percorrida com trabalho executado. Para registrar essas atividades será utilizado o Diário de Campo o qual deverá conter as vivências e experiências consideradas importantes durante a materialização do processo de trabalho, bem como os limites, as indicações de novas estratégias e ajustes de redirecionamento do que fora planejado, caso seja necessário. Ao final de cada encontro/oficina/palestra será realizada uma avaliação com a finalidade de perceber se os objetivos propostos foram assimilados pelos participantes, uma vez que se compreende essa avaliação como aspecto importante para se alcançar o sucesso da proposta socioeducativa.

O Município deverá apresentar à Caixa Econômica Federal 01 (um) relatório mensal das atividades desenvolvidas no Trabalho Social. Este relatório deve ser acompanhado do registro fotográfico das atividades, avaliação do grau de satisfação dos beneficiários quanto aos bens e serviços implantados e avaliação dos resultados decorrentes da intervenção, com base nos relatos e informações dos beneficiários.

7 EQUIPE DE TRABALHO SOCIAL

A Equipe técnica encarregada pelo planejamento, execução e avaliação das ações de Trabalho Social, deverá ser multidisciplinar, constituída por profissionais com experiência de atuação em Trabalho Social, em intervenções de habitação, neste caso, com população de baixa renda.

Nº	Cargo	Função no Projeto	Área de Formação
01	Coordenador (a) do Projeto – 30h	Coordenação Geral	Superior Completo em Ciências Sociais ou Serviço Social
01	Assistente Social – 20h	Atendimento social à população e execução das atividades socioeducativas	Superior Completo em Serviço Social
01	Técnico/Educador Ambiental – 20h	Realização de reuniões e atividades de educação ambiental e patrimonial	Superior Completo em Gestão Ambiental ou Biologia ou Geografia.
02	Estagiários-20h	- Realizações de visitas	Superior ou técnico.

A preocupação deste trabalho é oferecer a população um canal aberto para discussões e reflexões, a partir das experiências. A presente proposta de Trabalho Técnico Social, deve primar pela ampliação dos espaços de participação coletiva, a fim de favorecer o desenvolvimento do potencial comunitário, ou seja, sua inserção autônoma e consciente aos espaços da cidade, reforçando os laços já existentes, descobrindo e revelando novos.

Por meio da participação comunitária, se estabelece um campo propício para a consolidação de uma cultura cotidianas vivenciadas por eles, levando-os a construção de novos referenciais de convivência e a incorporação de novos conceitos e comportamentos.

Desta forma, as ações do PTS serão desenvolvidas, abrangendo os seguintes conteúdos:

O conjunto das ações se dará através de reuniões e palestras mensais abrangendo:

Organização Comunitária que priorizará o desenvolvimento comunitário por meio do fortalecimento dos laços de vizinhança através das seguintes ações:

- a) Retomada dos conceitos do Programa, enfatizando a importância de permanência no imóvel, conservação da propriedade e dos espaços comuns;
- b) Orientações para a criação de organismos representativos dos beneficiários e o desenvolvimento de grupos sociais e de comissão de interesses;
- c) Identificação e capacitação de lideranças e grupos representativos em processos de gestão comunitária; fortalecimento de vínculos familiares e comunitários;
- d) Identificação e capacitação de lideranças e grupos representativos em processos de educação e às tarifas sociais;
- e) Promoção de atitudes sociais ligadas ao zelo;
- g) Articulação com as políticas públicas locais, monitorando o acesso aos serviços de educação e as tarifas sociais;

h)) estabelecimentos de parcerias com os órgãos governamentais e não governamentais.

Educação Ambiental abordada através das seguintes ações:

- a) Difusão de noções sobre higiene, saúde e doenças individuais e de coletividade;
- b) Divulgação de informações sobre o uso racional dos recursos naturais, manejo de resíduos, preservação e conservação ambiental;

Educação Patrimonial abordada por meio das seguintes ações:

- a) Estímulo à correta apropriação, uso e preservação dos espaços comuns;
- b) Repasse de informações básicas sobre manutenção preventiva da moradia e dos equipamentos coletivos;
- c) Informações básicas sobre os sistemas de água, esgoto, coleta de resíduos sólidos e de aquecimento solar, quando for o caso, e treinamento para o uso adequado desses sistemas;

Planejamento e Gestão do Orçamento Familiar abordada por meio das

Seguintes ações:

- a) Divulgação de informações sobre organização e planejamento do orçamento familiar e a racionalização dos gastos com moradia.

Geração de Trabalho e Renda abordada através das seguintes ações:

- a) Encaminhamento aos serviços de intermediação de mão de obra por meio dos sistemas de emprego, e aos serviços de núcleos associativos de produção e de microcrédito produtivo;
 - b) Promoção de projetos de capacitação para o trabalho de geração de trabalho e renda;
 - c) Capacitação do síndico, subsíndico e comissão fiscal em gestão condominial;
 - d) Orientações sobre administração financeira e cumprimento do Regime Interno;
- e) Além das ações elencadas serão realizadas **visitas domiciliares** com o objetivo de conhecer as reivindicações e dificuldades enfrentadas pelos beneficiários no novo espaço de moradia e **Plantão Social** para orientações, encaminhamentos e inclusão na Rede Socioassistencial Municipal e parceiros, quando necessário.

- f) Promoção de atitudes sociais ligadas ao zelo;
- g) Articulação com as políticas públicas locais, monitorando o acesso aos serviços de educação e as tarifas sociais;
- h) estabelecimentos de parcerias com os órgãos governamentais e não governamentais.

Educação Ambiental abordada através das seguintes ações:

- c) Difusão de noções sobre higiene, saúde e doenças individuais e de coletividade;
- d) Divulgação de informações sobre o uso racional dos recursos naturais, manejo de resíduos, preservação e conservação ambiental;

Educação Patrimonial abordada por meio das seguintes ações:

- d) Estímulo à correta apropriação, uso e preservação dos espaços comuns;
- e) Repasse de informações básicas sobre manutenção preventiva da moradia e dos equipamentos coletivos;
- f) Informações básicas sobre os sistemas de água, esgoto, coleta de resíduos sólidos e de aquecimento solar, quando for o caso, e treinamento para o uso adequado desses sistemas;

Planejamento e Gestão do Orçamento Familiar abordada por meio das

Seguintes ações:

- a) Divulgação de informações sobre organização e planejamento do orçamento familiar e a racionalização dos gastos com moradia.

Geração de Trabalho e Renda abordada através das seguintes ações:

- f) Encaminhamento aos serviços de intermediação de mão de obra por meio dos sistemas de emprego, e aos serviços de núcleos associativos de produção e de microcrédito produtivo;
 - g) Promoção de projetos de capacitação para o trabalho de geração de trabalho e renda;
 - h) Capacitação do síndico, subsíndico e comissão fiscal em gestão condominial;
 - i) Orientações sobre administração financeira e cumprimento do Regime Interno;
- j) Além das ações elencadas serão realizadas **visitas domiciliares** com o objetivo de conhecer as reivindicações e dificuldades enfrentadas pelos beneficiários no novo espaço de moradia e **Plantão Social** para orientações, encaminhamentos e inclusão na Rede Socioassistencial Municipal e parceiros, quando necessário.

PROJETO DE TRABALHO SOCIAL - CONDOMÍNIO RESIDENCIAL JOMAR ALECRIM

Item	Discriminação	Unidade	Hora/Se mana	Hora/Mês	Qtde.	Valor/Hora	Valor/Mês	Nº de Meses	Valor Bruto Total
Trabalho Social									
1 Equipe Técnica									
1	Coordenador (30 horas) Formação superior em Ciências Sociais ou Serviço Social	Hora	30	120	1	R\$ 32,00	R\$ 3.500,00	6	R\$ 21.000,00
2	Tecnico Social (20 horas) AS -Atendimento social e execução das atividades socioeducativas	Hora	20	80	1	R\$ 25,00	R\$ 3.000,00	6	R\$ 18.000,00
3	Tecnico Educador Ambiental (20 horas) Realização de reuniões e atividades de educação ambiental e patrimonial	Hora	20	80	1	R\$ 25,00	R\$ 3.000,00	6	R\$ 18.000,00
4	Estagiários (20 horas) Realização de visitas	Hora	20	80	2	R\$ 11,00	R\$ 1.000,00	6	R\$ 12.000,00
TOTAL							R\$11.500,00		R\$ 69.000,00
Item	Discriminação	Unidade	Quantidade	Especificação	Nº de Meses	Quant. Total	Valor Bruto Unit.	Valor Bruto Total	
2 Serviços de Terceiros/Apoio Especializado - TERCEIRIZADA									
1	Realização de Visitas domiciliares	Atividade	1	Visitas	1	1	R\$ -	R\$ -	
2	Realização de palestras para capacitação em educação ambiental	Atividade	1	Palestra	1	1	R\$ -	R\$ -	
3	Oficina sobre economia doméstica e cuidados com o gasto de água e energia	Atividade	1	Oficina	1	1	R\$ -	R\$ -	
4	Reunião de apresentação do projeto para os beneficiários	Atividade	1	Reunião	1	1	R\$ -	R\$ -	
5	Educação patrimonial, cuidados com o imóvel	Atividade	1	Oficina	1	1	R\$ -	R\$ -	
6	Oficina sobre resíduos sólidos (destino do lixo e suas implicações)	Atividade	1	Oficina	1	1	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00	
7	Confecção de lixeiras com aproveitamento de pneus. Paisagismo da praça pública e arborização com árvores nativas	Atividade	4	Oficina	1	1	R\$ 1.500,00	R\$ 6.000,00	
8	Elaboração de material informativo para divulgar as ações do projeto	Atividade	4	Folhetos	4	1.830	R\$ 1,50	R\$ 2.745,00	
9	Visitas domiciliares pós ocupação	Atividade	6	Visitas	6	6	R\$ -	R\$ -	
TOTAL 2							1843	R\$ 2.501,50	R\$ 9.745,00
TOTAL GERAL									R\$ 78.745,00

ORÇAMENTO

COMPOSIÇÃO DE CUSTOS – Orçamento (discriminar as despesas)

CUSTOS COM RECURSOS MATERIAIS E SERVIÇOS					
Discriminação:	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Repasse	Valor CP
Material de Consumo	UN	100	5,00	--	500,00
Transporte	UM	150	4,00	--	600,00
Custo com Atividades/ Eventos	UN	6	100		600,00
Lanche	UN	6	100		600,00
SENAI – CURSO FABRICAÇÃO DE SALGADOS	Turma	1	4.660,00	4.660,00	
SENAI – CURSO CORTE E CUSTURA MALHA	Turma	1	9.000,00	9.000,00	
SENAI – CURSO CORTE CUSTURA TECIDO PLANO	Turma	1	9.000,00	9.000,00	
SENAI – CURSO FABRICAÇÃO DE MASSAS PARA PIZZA	Turma	1	5.280,00	5.280,00	
SENAI – CURSO DE PADEIRO	Turma	1	24.440,00	24.440,00	
SENAI – CURSO OPERAÇÃO DE RETRO-ESCAVADEIRA	Turma	1	5.700,00	5.700,00	
SENAI – CURSO OPERAÇÃO DE EMPILHADEIRA	Turma	1	5.700,00	5.700,00	
SENAC – CURSO BASICO DE MANICURE E PEDICURE	Turma	2	5.680,00	11.360,00	
SENAC – CURSO BASICO DE ESCOVA	Turma	2	4.480,00	8.960,00	
Sub-Total				R\$ 84.100,00	2.300,00

CURSOS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	Total de vagas por turma	CARGA HORARIA
SENAI – CURSO FABRICAÇÃO DE SALGADOS	20	20
SENAI – CURSO CORTE E CUSTURA MALHA	20	80
SENAI – CURSO CORTE CUSTURA TECIDO PLANO	20	80
SENAI – CURSO FABRICAÇÃO DE MASSAS PARA PIZZA	20	20
SENAI – CURSO DE PADEIRO	20	160
SENAI – CURSO OPERAÇÃO DE RETRO- ESCAVADEIRA	20	70
SENAI – CURSO OPERAÇÃO DE EMPILHADEIRA	20	40
SENAC – CURSO BASICO DE MANICURE E PEDICURE	40	60
SENAC – CURSO BASICO DE ESCOVA	40	40

8 CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DE ATIVIDADE

Atividades/Ações	M1	M2	M3	M4	M5	M6
Realização de Visitas Domiciliares para divulgação do Programa.	■					
Realização de palestras para a capacitação em educação ambiental		■				
Oficina para abordar o tema sobre economia doméstica, cuidados com o gasto de água e energia.			■			
Reunião de apresentação do projeto para os beneficiários	■					
Oficina de artes, dinâmicas grupais				■		
Educação patrimonial, cuidado com o imóvel.			■			
Oficina sobre resíduos sólidos (Destino do lixo e suas implicações).		■				
Confecção de lixeiras com aproveitamento de pneus. Paisagismo da Praça pública e arborização com árvores nativas			■	■	■	■
Elaboração de material informativo para divulgar as ações de projetos			■	■	■	■
Visitas domiciliares aos beneficiários pós-ocupação.	■	■	■	■	■	■
SENAI – CURSO FABRICAÇÃO DE SALGADOS		■				
SENAI – CURSO CORTE E CUSTURA MALHA			■	■		
SENAI – CURSO CORTE CUSTURA TECIDO PLANO			■	■		
SENAI – CURSO FABRICAÇÃO DE MASSAS PARA PIZZA			■	■	■	
SENAI – CURSO DE PADEIRO		■	■			
SENAI – CURSO OPERAÇÃO DE RETRO-ESCAVADEIRA					■	■
SENAI – CURSO OPERAÇÃO DE EMPILHADEIRA					■	■
SENAC – CURSO BASICO DE MANICURE E PEDICURE				■		
SENAC – CURSO BASICO DE ESCOVA				■		

EIXO	ATIVIDADES	MÊS					
		1	2	3	4	5	6
Mobilização e organização comunitária	Reunião da equipe do PTTS com as Redes Socioassistenciais e parceiros com objetivo de expor o PTS, firmar as parcerias e atualizar dados sobre o projeto.	X			X		
	Realização de Visitas Domiciliares para divulgação do Programa.	X			X		
	Oficina para abordar o tema sobre economia doméstica, cuidados com o gasto de água e energia.		X		X		
	Educação patrimonial, cuidado com o imóvel.						X
	Plantão Social no empreendimento para orientações, encaminhamentos e inclusão a Rede Socioassistencial municipal e aos parceiros quando necessário.	X	X	X	X	X	X
	- Formação de lideranças para orientação do criação e funcionamento de Conselho Comunitário ou Associações de Moradores;	X	X	X	X	X	X
	Visitas domiciliares aos beneficiários pós-ocupação para avaliação em relação a moradia e às ações realizadas.				X	X	X
	- Encerramento das atividades - Reunião de encerramento; - Avaliação do PTS com os moradores; Distribuição de lanche ao final da atividade.					X	X

Educação sanitária e ambiental	- Fimar parcerias com agentes de Vigilância em Saúde controle de endemias para visita ao empreendimento; - Oficina para prevenção da dengue, Chikungunya e Zica.				X		
	- Realização de palestras para a capacitação em educação ambiental - Oficina sobre resíduos sólidos (Destino do lixo e suas implicações).		X				
	- Confecção de lixeiras com aproveitamento de pneus (a ação será realizada pelo técnico ambiental, juntamente com os estagiários e os beneficiários que dára da seguinte maneira: Cada lixeira é composta por 4 pneus daqueles comuns de 13 ou 14 polegadas. - Arame, para amarração interna dos pneus. - Tinta esmalte sintético ou óleo nas cores que você desejar, mas aconselhamos seguir a padronização de cores para reciclagem, que você pode ver clicando aqui. Material de trabalho - Alicate, furadeira, e outras ferramentas comuns. - Brita e areia, que serviram como peso e suporte, impedindo que seja virada por agentes físicos e naturais. A brita serve também como filtro ecológico, agindo como dreno. - Paisagismo da Praça pública e arborização com árvores nativas Ação de plantio de árvores frutíferas e ornamentais, que permitirão aos frequentadores do logradouro usufruir, em um futuro próximo, dos benefícios da arborização urbana, como sombra, beleza cênica e conforto térmico.		X	X	X	X	

	- Palestras sobre noções de higiene, saúde, doenças individuais e coletivas (Atividade com adolescentes com o objetivo de abordar e refletir sobre dúvidas relativas a essa fase específica da vida como, por exemplo: relacionamentos, sexo, escolha de profissões, DST, Gravidez na adolescência, etc.)			X			
	- Distribuição de lanche ao final da atividade						
Geração e trabalho e renda	Visitas às residências para mapeamento de vocações e levantamento sobre interesse em cursos profissionalizantes. Os cursos poderão ser disponibilizados pelas parcerias e pela equipe responsável pelo PTTS.			X	X		
	Parcerias com entidades locais que realizam cursos profissionalizantes e educacionais para adolescentes e adultos.	X		X		X	
	Orientação aos beneficiários referentes a cursos profissionalizantes existentes na rede socioassistencial do município e demais instituições.		X		X		X
	Palestra sobre Economia Doméstica - Distribuição de lanche ao final da atividade					X	
	Grupo de reflexão para mulheres com o objetivo de discutir a importância da formação escolar e profissional; estimular o ingresso em cursos de capacitação e formação profissional; estimular envolvimento com a educação e formação filhos; estimular o envolvimento com a escola dos filhos; estimular o envolvimento com a comunidade. - Distribuição de lanche ao final da atividade.						X
	Oficina de Pequenos Reparos: Manutenção do imóvel direcionada para mulheres e homens com o objetivo de estimular a importância da preservação dos imóveis.				X	X	
	Parceria com a Prefeitura para divulgação e possível Cadastramento dos beneficiários nos Programas de Geração de Emprego e Renda e de Qualificação Profissional existentes.		X	X	X		X

REGIME DE EXECUÇÃO

A execução do Trabalho Social deverá ser realizada por regime de forma mista (proponente especializada para execução do PTS). Nessa perspectiva, o Agente Executor terá as seguintes atribuições, de acordo com o Manual de Normas instruções do Trabalho Social – Portaria 464/2018:

- Encaminhar ao Agente Operador/Financeiro os documentos pertinentes ao Trabalho Social, de acordo com esta Portaria;
- Assegurar, na sua integralidade, a qualidade técnica dos projetos e da execução do Trabalho Social
- Apresentar ao Agente Operador/Financeiro declaração expressa firmada por represe
- Exercer, na qualidade de Proponente/Agente Executor, a fiscalização sobre o contrato de execução ou fornecimento;
- Articular e integrar políticas públicas em todas as fases do Trabalho Social, de forma a promover a multidisciplinaridade, intersetorialidade e a sustentabilidade das intervenções, fomentando condições para o processo de desenvolvimento socioterritorial de médio e longo prazos, com a criação de arranjo institucional que possibilite a articulação de políticas públicas;
- Estimular a participação dos beneficiários finais na elaboração, implementação e acompanhamento do objeto pactuado, na gestão dos recursos financeiros destinados, bem como orientar de forma participativa para a operação, manutenção e conservação adequada do patrimônio gerado pelos investimentos decorrentes da intervenção;
- Fornecer ao MCidades e à Instituição Financeira, a qualquer tempo, informações sobre as ações desenvolvidas no Trabalho Social, visando ao acompanhamento e à avaliação do processo e seus resultados;
- Prestar contas dos recursos repassados/financiados, na forma da legislação pertinente; e
- Responder, no que lhe couber, aos apontamentos relacionados ao Trabalho Social perante os órgãos de controle, especialmente ao Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU), e ao Tribunal de Contas da União (TCU).

Já a entidade de consultoria especializada terá as seguintes atribuições:

- Apresentar qualificação técnica dos profissionais prestadores de serviço, comprovação de experiência, bem como a suficiência da equipe para a execução do Trabalho Social;
- Possuir profissional de nível superior responsável pelos serviços, que supervisionará, em conjunto com o Coordenador do Trabalho Social, a execução e atenderá as determinações da fiscalização do Proponente/Agente Executor;
- Elaborar relatórios de execução do Trabalho Social, os quais deverão conter as exigências do Proponente/Agente Executor, MCIDADES e do Agente Operador/Financeiro, visando oferecer elementos qualitativos e quantitativos para o monitoramento do Trabalho Social;
- Fornecer material pedagógico, de expediente, equipamentos e serviços (telefone, computador, impressora, equipamento multimídia, máquina fotográfica, etc) necessários à instalação e manutenção do Escritório Social na área de intervenção;
- Atender as solicitações da contratante para reuniões de avaliação e planejamento ao longo da

- Fornecer material pedagógico, de expediente, equipamentos e serviços (telefone, computador, impressora, equipamento multimídia, máquina fotográfica, etc) necessários à instalação e manutenção do Escritório Social na área de intervenção;
- Atender as solicitações da contratante para reuniões de avaliação e planejamento ao longo da execução do PTS;
- Apresentar relatório mensal no qual serão registradas todas as atividades constantes no projeto aprovado de acordo com a Fase a que se refere, sendo neste caso justificadas as atividades previstas e não realizadas, quando for o caso. O referido relatório deve apresentar a medição das atividades/ações desenvolvidas no Trabalho Social, instrumento que enseja o desbloqueio de recursos financeiros para pagamento, pela Instituição Financeira, do executado.

Após a contratação da entidade vencedora, o repasse pela Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Amarante dos valores sobre a execução do PTS estará condicionado à aprovação do relatório mensal de prestação de contas até o dia 30 de cada mês. O relatório será analisado até o quinto dia útil do mês subsequente pela contratante e, após aprovação, encaminhado à Caixa para as providências de repasse de valores, conforme trâmites e prazos específicos daquela Entidade.

AVALIAÇÃO

O PTS deverá prever avaliação de resultados de acordo com indicadores a serem definidos pelo Ministério das Cidades em normativo específico (Portaria nº 168 de 12 de abril de 2013).

O acompanhamento (via indicadores) será feito com base nos dados qualitativos e quantitativos coletados e, num diálogo constante entre todos os parceiros, monitorando e avaliando os projetos e orientando a coleta de informações e a escolha de instrumentos ou meios de verificação (observação, registro fotográfico, reunião, depoimentos, entrevistas, etc.).

São Gonçalo do Amarante/RN, 06 de dezembro de 2018

Eni Bezerra de Farias

Eni Bezerra de Farias
Responsável Técnico Social - Prefeitura

CRESS -1559/ RN